



**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A.**

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A  
Rodovia Dom Pedro I - Bairro Barão Geral - CEP 13082-902 - Campinas - SP  
Km 140,5 Pista Norte

CEASA-PRESIDÊNCIA/CEASA-A/CEASA-A-AL/CEASA-A-AL-ALC/CEASA-A-AL-ALCD

## CONTRATO

Campinas, 10 de janeiro de 2023.

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI, FAZEM A CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S/A - CEASA/CAMPINAS E A EMPRESA TORNIZIELLO E VECHINI LTDA-ME**

**PROTOCOLO SEI N° CEASA.2022.00000256-77**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 193/2022**

**CONTRATO N° 001/2023**

**GESTOR DO CONTRATO - CONTRATANTE:** *Andremar Ulisses Alves*

**FISCAL DO CONTRATO - CONTRATANTE:** *Rodrigo Polato de Souza*

**GESTOR DO CONTRATO - CONTRATADA:** *Jose Geraldo Paolieri Torniziello*

Por este Termo de Contrato de Prestação de Serviços, de um lado como **CONTRATANTE**, a **CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S/A - CEASA/CAMPINAS**, sociedade de economia mista de âmbito municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 44.608.776/0001-64, estabelecida na Rodovia D. Pedro I, SP - 065, Km 140,5 - Pista Norte, S/N, CEP: 13082-902, Campinas/SP, neste ato representada por seu **Diretor Administrativo e Financeiro - José Guilherme Lobo**, brasileiro, solteiro, Administrador, portador do RG n° 23.612.102-9 SSP/SP e inscrito no CPF n° 219.742.268-59 e por seu **Diretor Técnico Operacional - Claudinei Barbosa**, brasileiro, casado, Advogado, portador do RG n° 18.406.151 SSP/SP, e do CPF n° 079.624.198-81, todos com endereço profissional na cidade de Campinas/SP, e de outro lado, como **CONTRATADA: TORNIZIELLO E VECHINI LTDA-ME**, empresa devidamente inscrita no CNPJ sob o n° 13.138.776/0001-14, estabelecida à Rua Francisco de Campos Abreu, n° 113, no bairro Vila Georgina, na cidade de Campinas/SP, por seus representantes legais, Jose Geraldo Paolieri Torniziello, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador do RG n° 9.024.443 SSP/SP, e do CPF n° 005.698.428-67 e Mauricio Vechini, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador do RG n° 23.364.093-9 SSP/SP, e do CPF n° 188.069.948-67, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos que assumem em consonância com a Lei Federal n° 13.303/2016 e tudo mais que consta do processo administrativo epigrafado.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1.** Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada para a elaboração de **Projeto Executivo para a construção da Plataforma Logística 04 de carga e descarga (PL4)** da CEASA Campinas, de acordo com as especificações contidas no **Termo de Referência e Anexos**, que fazem parte integrante deste contrato e demais condições aqui estabelecidas.

**1.2.** A Proposta Comercial da Contratada faz parte integrante deste Contrato.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

**2.1.** A vigência do presente instrumento será de **90 (noventa) dias corridos**, iniciando-se em **16/01/2023** e se encerrando em **15/03/2023**, podendo ser prorrogada, respeitadas as determinações do art. 71 da Lei nº 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações e Contratos, mediante justificativa e autorização, e desde que não haja denúncia das partes, protocolada com antecedência mínima de **30 (trinta) dias**, do término do período inicial ou do prorrogado.

**2.2.** O término da vigência do Contrato não importará na ineficácia das cláusulas do foro e das sanções que continuarão aplicáveis até o total e integral cumprimento das obrigações estabelecidas.

**2.3.** O prazo para elaboração de todas as etapas, resultando no Projeto Executivo Completo para Execução da Obra, será de **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de Recebimento da Ordem de Serviço.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DA ORIGEM DE RECURSOS**

**3.1.** O valor total do presente contrato é representado pela importância de **R\$ 82.392,51 (oitenta e dois mil, trezentos e noventa e dois reais e cinquenta e um centavos)**, conforme proposta comercial de preços apresentada pela Contratada.

**3.2.** Nos preços estão inclusos todos os custos operacionais de sua atividade/serviços e os tributos que eventualmente possam incidir sobre eles, bem como as demais despesas diretas e indiretas, não cabendo à Contratante nenhum custo adicional.

**3.3.** Também estão contemplados nos preços propostos os custos derivados da aplicação, se for o caso, do disposto na Lei Complementar Federal e do Município de Campinas referente ao ISSQN, na legislação do imposto de renda e na legislação previdenciária.

**3.4.** Os recursos disponíveis para a contratação do objeto do presente instrumento provêm do orçamento financeiro previsto no orçamento executivo do exercício do ano de 2022, devidamente aprovado pelo conselho de administração, identificado pelo nº 0278/2022, constante da planilha orçamentária que integra os autos desta contratação.

### **CLÁUSULA QUARTA - DAS ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO**

#### **4.1. O Projeto**

**4.1.1.** A Contratada deverá providenciar a elaboração dos projetos técnicos que compõem o Projeto Executivo, a fim de serem aprovados pela Contratante. Os projetos deverão ser elaborados rigorosamente em conformidade com as Normas e Regulamentações da ABNT, de acordo com cada modalidade (arquitetura, estruturas, redes de utilidades, pavimentação). Deverá ser emitida e apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART - CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT - CAU/BR) para cada modalidade de projeto técnico. Os projetos deverão possuir quantitativos de materiais, e Memorial Descritivo.

#### **4.2. Anexos**

**4.2.1.** A Contratada deverá utilizar como base na elaboração do Projeto Executivo os Anexos deste contrato, relacionados abaixo:

**Anexo A:** Planta da situação atual do terreno de implantação da Plataforma Logística 04, e entorno (inclusive com indicação de cotas de nível).

**Anexo B (Projeto Básico):**

- Anexo B1: Planta de Arquitetura;
- Anexo B2: Planta de Implantação e Cobertura;
- Anexo B3: Cortes e Elevações;
- Anexo B4: Rede de Abastecimento de Água Fria;
- Anexo B5: Rede de Hidrantes;
- Anexo B6: Rede Coletora de Águas Pluviais;
- Anexo B7: Rede Coletora de Esgoto;
- Anexo B8: Rede de Elétrica;
- Anexo B9: Rede de Telefonia;
- Anexo B10: Pavimentação.

**Anexo C:** Relatório de sondagens SPT e trado, com planta de localização e perfis de 12 pontos - 05 pontos de sondagem a trado, e 07 pontos de sondagem a percussão, realizados em setembro/2022 e outubro/2022.

**Anexo D:** Modelo de Carimbo para as folhas de projetos.

### **4.3. Características da Plataforma Logística 04 (PL4)**

**4.3.1.** A edificação será constituída de uma cobertura metálica de duas águas com telhas metálicas trapezoidais termo acústicas e platibandas em telhas metálicas trapezoidais simples, apoiada sobre pilares de concreto armado, e altura interna livre de 4,30m, em relação ao piso de concreto industrial, que estará a 1,40m do arruamento externo em pavimentação asfáltica. As paredes externas da plataforma deverão ser de concreto armado aparente.

**4.3.2.** As redes de utilidades (elétricas e hidráulicas) chegarão à edificação de forma subterrânea, de acordo com os trechos já existentes para derivação. A distribuição interna deverá ser feita de forma aérea, apoiada e fixada na estrutura metálica de cobertura e aparente.

**4.3.3.** Os eletrodutos e eletrocalhas aparentes deverão ser obrigatoriamente especificados com proteção por galvanização a fogo ou galvanização eletrolítica com pintura.

**4.3.4.** Sob o piso industrial elevado da plataforma, haverá um reservatório de aproveitamento de águas pluviais, que será abastecido pela água de chuva da cobertura do galpão.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

**5.1.** Será permitida a subcontratação de parte dos serviços objeto deste contrato, com anuência prévia da Ceasa, conforme definido no **Item 9 do Termo de Referência**, considerando ainda o que estabelece os §§ 1º e 2º do art. 78 da Lei nº 13.303/2016.

**5.2.** É vedada a subcontratação total do objeto deste ajuste.

**5.3.** A subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado perante a administração pública quanto à qualidade técnica do serviço prestado e não o libera de suas responsabilidades contratuais e legais.

### **CLÁUSULA SEXTA - DO FISCAL E DO GESTOR DO CONTRATO**

**6.1.** A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela Contratante.

**6.2.** Sem prejuízo ou dispensa das obrigações da Contratada, a Contratante exercerá ampla supervisão, acompanhamento, controle e fiscalização sobre a execução do Contrato, por meio de empregado designado, que atuará na fiscalização de todas as etapas de execução, observando, dentre outros critérios, a fiel observância das especificações de fornecimento e qualidade do serviço.

**6.3.** O exercício, pela Contratante, do direito de supervisionar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços, não atenuará, reduzirá ou eximirá qualquer responsabilidade ou obrigação da Contratada nos termos deste Contrato, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus empregados.

**6.4.** O **fiscal do Contrato**, designado pela Contratante, terá poderes para fiscalizar a execução dos serviços e especialmente para:

- a) Sustar os trabalhos da Contratada, sempre que considerar a medida necessária;
- b) Exigir da Contratada a manutenção, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- c) Notificar a Contratada sobre sua inadimplência no cumprimento das obrigações previstas neste Contrato, determinando sua regularização, ou, sendo o caso, remetendo à autoridade competente para abertura de processo;
- d) Fazer as aferições necessárias para a liberação de pagamentos em conformidade com o objeto, de acordo com as condições estabelecidas contratualmente;
- e) *Recusar os serviços que tenham sido fornecidos pela Contratada em desacordo com as condições estabelecidas no presente Contrato, apresentando as devidas justificativas e exigindo a sua substituição, se for o caso.*

**6.5.** As ações acima descritas **serão formalizadas pelo gestor do Contrato** através dos competentes relatórios.

**6.6.** Cabe ao fiscal e/ou ao gestor do Contrato:

- a) Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato, administrando-o em conformidade com as disposições contratuais;
- b) Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato;
- c) Notificar por escrito a Contratada, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula deste Contrato.

**6.7.** O acompanhamento e a fiscalização deste Contrato, assim como o recebimento e a conferência dos serviços prestados, serão realizados pelo empregado designado.

**6.8.** O fiscal do Contrato expedirá declaração de inspeção dos serviços prestados, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos.

**6.9.** A Contratada é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização deste Contrato pela Contratante, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pelo fiscal do Contrato.

**6.10.** A Contratante não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, neste Contrato.

**6.11.** Caso entenda necessário o fiscal e/ou gestor do Contrato podem solicitar o auxílio de profissionais especializados para acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA**

**7.1.** Compete exclusivamente à Contratada, na consecução do objeto deste Contrato, observar as normas que integram o regime jurídico da relação trabalhista celetista, em especial a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, legislação complementar, normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e dispositivos contidos nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias envolvidas na execução dos serviços.

**7.2.** A Contratada se obriga a responder por todas e quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações de seus empregados, sendo, em quaisquer circunstâncias, considerada como exclusiva empregadora e única responsável por qualquer ônus que a Contratante venha a arcar, em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE POR DANOS**

**8.1.** A Contratada responderá por todo e qualquer dano provocado à Contratante, seus funcionários ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela Contratante, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente Contrato.

**8.2.** Para os efeitos desta cláusula, dano significa todos e quaisquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela Contratante, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela Contratada, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela Contratante a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

**8.3.** Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade da Contratada for apresentada ou chegar ao conhecimento da Contratante, este comunicará à Contratada por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar à Contratante a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela Contratada não a eximem das responsabilidades assumidas perante a Contratante, nos termos desta cláusula.

**8.4.** Quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da Contratante, nos termos desta cláusula, deverão ser pagos pela Contratada, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à Contratante, mediante a adoção de medida judicial apropriada, a critério da Contratante.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **9.1. Das Obrigações da Contratante:**

**9.1.1.** Fornecer à Contratada todas as informações necessárias para o cumprimento do objeto, devendo especificar os detalhes necessários à perfeita consecução dos mesmos;

**9.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;

**9.1.3.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço executado com as especificações constantes no Termo de Referência anexos e da proposta apresentada pela Contratada, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**9.1.4.** Efetuar o pagamento nas condições e preços ajustados;

**9.1.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada;

**9.1.6.** Rejeitar o serviço que esteja em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e no contrato;

**9.1.7.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação do serviço, para que sejam adotadas as medidas corretivas.

## **9.2. Das Obrigações da Contratada:**

**9.2.1.** Fornecer a prestação dos serviços com eficiência e eficácia, em perfeitas condições, atendendo a todas as exigências e prazos contidos no **termo de referência** e na **proposta apresentada**, assumindo como exclusivamente seus, todos os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

**9.2.2.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**9.2.3.** Fornecer todos os materiais, produtos, equipamentos e utensílios necessários e suficientes para completa execução dos serviços, inclusive equipamentos de proteção individual (EPI'S) aos seus funcionários;

**9.2.4.** Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho da execução do objeto, ficando a Contratante isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

**9.2.5.** Ressarcir os eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução dos serviços contratados ou por extravio, roubo ou furto de quaisquer bens;

**9.2.6.** Atender, no que couber, à legislação federal, estadual e municipal, durante o cumprimento do objeto deste instrumento;

**9.2.7.** Manter, durante todo o prazo de vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;

**9.2.8.** Deverá observar e cumprir o Código de Conduta e Integridade da Contratante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**10.1.** A Contratada deverá emitir nota fiscal/fatura correspondente aos serviços prestados à Contratante e entregá-la no prazo de 01 (um) dia útil ao gestor do Contrato, nas condições abaixo:

**a)** 1ª parcela equivalente a 40% (quarenta por cento), do valor do contrato, após aprovação da etapa de Análise de Informações do Projeto Básico e Elaboração do Anteprojeto;

**b)** 2ª parcela equivalente aos 60% (sessenta por cento), restantes do valor do contrato, após a aprovação da etapa de Detalhamento dos projetos.

**10.2.** A Contratada deverá faturar para a **Centrais de Abastecimento de Campinas S/A, CNPJ n.º 44.608.776/0001-64, Inscrição Estadual: Isenta, Endereço: Rodovia Dom Pedro I - Km 140,5 - SP 065 - Pista Norte, Bairro: Barão Geraldo, Município: Campinas, UF: SP, CEP: 13.082-902** e encaminhar no e-mail: [nfe@ceasacampinas.com.br](mailto:nfe@ceasacampinas.com.br)

**10.3.** O Fiscal/Gestor do Contrato ou requisitante da Contratante terá o prazo de 01 (um) dia útil, a contar da apresentação do documento fiscal, para aprová-lo ou rejeitá-lo.

**10.3.1.** O documento fiscal não aprovado pelo Fiscal/Gestor será devolvido à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no item anterior, a partir da data da reapresentação da nota fiscal/fatura o que, conseqüentemente, provocará a prorrogação do pagamento sem qualquer ônus adicional a Contratante.

**10.4.** Caso os serviços constantes do objeto deste Contrato sofram algum tipo de retenção na fonte de impostos ou contribuições, a Contratante providenciará a retenção e o recolhimento, nos termos da legislação vigente, aplicável ao caso.

**10.4.1.** Se a Contratada estiver estabelecida na cidade de Campinas/SP, a Contratante irá reter e recolher na fonte o valor correspondente ao ISSQN, por substituição tributária, de acordo com a legislação municipal em vigor, bem como, das demais empresas que independente da sede, a lei estabeleça que o ISSQN seja recolhido no local da prestação do serviço/fornecimento.

**10.5.** A Contratante efetuará o pagamento da nota fiscal emitida pela Contratada em **até 10 (dez) dias corridos após o aceite da nota fiscal** pela Contratante.

**10.5.1.** O pagamento devido pela Contratante será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela Contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

**10.5.2.** A Contratante deduzirá quaisquer valores faturados indevidamente, bem como, poderá deduzir quaisquer valores provenientes de aplicação de penalidades.

**10.6.** Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Contratante, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

**11.1.** A Contratante e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

**a)** o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

**b)** o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).

**11.2.** Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme dispõe a Seção III, do Capítulo VI da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ANTICORRUPÇÃO**

**12.1.** Na execução do presente Contrato é vedado à Contratante e à Contratada, na pessoa de seus dirigentes, empregados, colaboradores, gestores e prepostos:

- a) Prometer, oferecer, dar ou se comprometer a dar, aceitar ou se comprometer a aceitar, direta ou indiretamente, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionada;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** O não cumprimento por parte da Contratada das obrigações assumidas ou a infringência de preceitos legais pertinentes serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:

- a) **Advertência**, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrido diretamente;
- b) **Multa de 1% (um por cento)** por dia até o 5º dia de atraso no fornecimento/serviço e 2% (dois por cento) ao dia a partir do 6º dia de atraso até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), calculados sobre o valor do fornecimento/serviço em atraso;
- c) **Multa de 25% (vinte e cinco por cento)** aplicada sobre o valor do fornecimento/serviço, para qualquer transgressão cometida que não seja atraso na entrega do fornecimento/serviços;
- d) **Suspensão** temporária e impedimento da Contratada de contratar com a Contratante por prazo não superior a **02 (dois) anos** no caso de ser excedido o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** estabelecido na letra b.

**13.1.1.** Excetua-se a presente cláusula a ocorrência inequívoca de caso fortuito ou de força maior devidamente justificados e comprovados.

**13.2.** As multas serão, descontadas dos créditos da Contratada ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.

**13.3.** As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exime a Contratada da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar à Contratante.

**13.4.** As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.



**13.5.** As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas desde que facultada a defesa prévia da Contratada no respectivo processo no prazo de **10 (dez) dias úteis**, conforme art. 83, § 2º da Lei Federal n.º13.303/2016.

**13.6.** Sem prejuízo da aplicação de penalidades, a Contratada é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, na forma disposta no art. 76 da Lei Federal nº13.303/2016, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO**

**14.1.** A Contratante poderá rescindir o instrumento de contratação nas hipóteses a seguir discriminadas:

**14.1.1.** No caso de ser excedido o limite de 25% (vinte e cinco por cento) estabelecido na letra "b", da cláusula - Das Sanções Administrativas;

**14.1.2.** Em caso de cometimento de transgressões de forma reiterada ou não, conforme a gravidade da conduta, nos termos constantes da letra "c" descrita na cláusula - Das sanções Administrativas;

**14.1.3.** Nas situações previstas no art. 185 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Ceasa/Campinas, disponível no site:

[http://www.ceasacampinas.com.br/sites/ceasacampinas.com.br/files/arquivos/licitacoes/regulamento\\_interno.pdf](http://www.ceasacampinas.com.br/sites/ceasacampinas.com.br/files/arquivos/licitacoes/regulamento_interno.pdf)

**14.1.4.** Os casos de rescisão serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa, através da emissão pela Contratante de Notificação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**15.1.** A presente contratação será por Dispensa de Licitação - artigo 29, inciso I, da Lei Federal nº 13.303/2016, cujos atos se encontram junto ao Protocolo SEI Nº CEASA.2022.00000256-77.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUSPENSÃO DO PAGAMENTO**

**16.1.** A Contratante poderá suspender o pagamento de qualquer fatura apresentada pela Contratada, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) execução defeituosa da prestação de serviços;
- b) descumprimento de obrigação relacionada com a prestação de serviços contratados;
- c) débito da Contratada para com a Contratante, proveniente deste Contrato ou de qualquer outra obrigação entre as partes;
- d) não cumprimento de obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a Contratada atenda à cláusula infringida;
- e) havendo prejuízo à Contratante pelo descumprimento da obrigação contratual, a Contratada arcará com perdas e danos, bem como com eventuais gastos assumidos pela Contratante para reparar a ineficiência da prestação de serviços contratados;
- f) obrigações da Contratada com terceiros que, eventualmente, possam prejudicar a Contratante;
- g) paralisação da prestação de serviços por culpa da Contratada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

**17.1.** Os Contratantes elegem o Foro da Comarca de Campinas/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente.

E, por estarem assim justas e Contratadas, firmam as partes este instrumento que, lido e achado conforme, vai assinada pelas partes e na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza os efeitos de direito.

**Assinam eletronicamente pela Contratada - TORNIZIELLO E VECHINI LTDA-ME:**

*Jose Geraldo Paolieri Torniziello*

*Mauricio Vechini*

**Assinam eletronicamente pela Contratante - Ceasa/Campinas:**

*José Guilherme Lobo*

*Claudinei Barbosa*

**Assinam eletronicamente as Testemunhas:**

*Ezequiel Cardoso da Silva - RG n° 42277359-1 SSP/SP - Assistente Administrativo I*

*Danuzá Savala - RG n.º 25.470.945-X SSP/SP - Chefe de Setor*



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Vechini**, **Usuário Externo**, em 10/01/2023, às 14:37, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE GERALDO PAOLIERI TORNIZIELLO**, **Usuário Externo**, em 10/01/2023, às 14:38, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DANUZA SAVALA**, **Chefe de Setor**, em 10/01/2023, às 14:45, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EZEQUIEL CARDOSO DA SILVA**, **Assistente Administrativo I**, em 10/01/2023, às 14:46, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDINEI BARBOSA**, **Diretor(a) Técnico e Operacional**, em 10/01/2023, às 15:02, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE GUILHERME LOBO**, **Diretor(a) Administrativo e Financeiro**, em 10/01/2023, às 16:40, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **7186362** e o código CRC **74D819EB**.